

5^a Edição do Manual de Acreditação CBA/JCI: a nova perspectiva da gestão efetiva com ênfase nos custos e na eficiência

5th Edition of the Manual of Accreditation CBA / JCI: the new perspective of effective management with emphasis on cost and efficiency

Por: Heleno Costa Junior

Relações Institucionais e Coordenador de Educação do Consorcio Brasileiro de Acreditação. Membro do Comitê Internacional de Padrões da Joint Commission International (JCI) e do Comitê de Acreditação da International Society for Quality in Healthcare (ISQua). Mestre em avaliação pela fundação Cesgranrio. Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: educacao@cbacred.org.br

A Joint Commission International (JCI) é, na atualidade, a maior agência acreditadora em atividade no mundo. Atua em mais de 60 países e tem, até o momento, mais de 650 instituições de saúde acreditadas (www.jointcommissioninternational.org). No Brasil, a JCI atua em parceria com o Consórcio Brasileiro de Acreditação (CBA), desenvolvendo o programa de acreditação internacional de forma conjunta. Essa parceria prevê que todos os manuais e padrões, assim como os métodos de avaliação, aplicáveis pela JCI no mundo, sejam absolutamente idênticos aos utilizados pelo CBA para as instituições de saúde brasileiras.

Os manuais publicados e utilizados pela JCI em seu programa de acreditação são atualizados, em média, a cada três anos, tendo um Comitê Internacional de Padrões como responsável por esse trabalho. O Comitê tem cerca de 16 membros fixos, que são profissionais de saúde e especialistas que representam países dos diferentes continentes do mundo. O propósito é garantir que o conteúdo do manual e a consequente aplicação dos padrões atendam a requisitos de natureza internacional, que é a característica principal desse instrumento aplicado em diferentes países. Os membros do comitê, do qual tenho a honrosa oportunidade de participar, atuam por meio de reuniões ordinárias e presenciais, em diferentes localidades do mundo, tendo a última sido realizada em Amsterdam, na Holanda. Algumas outras reuniões são realizadas por tele conferência.

Todos os manuais, de todas as categorias e tipos de instituições de saúde são trabalhados no âmbito deste comitê, incluindo hospitais, serviços ambulatoriais, serviços de atenção domiciliar, serviços de cuidado prolongado, serviços de atenção primária, serviços de transportes médicos e ainda o manual para certificação de programas de cuidados clínicos, somente aplicável para instituições de saúde já acreditadas.

A quinta edição do manual hospitalar da JCI, que passou a ser utilizado em 01 de abril de 2014, traz uma série de inovações e atualizações em seu conjunto de padrões. A principal expectativa da JCI e do Comitê de Padrões, é que os manuais e seu conjunto de padrões apresentem elementos e requisitos estritamente contemporâneos, adequadamente aplicáveis à realidade do cenário e do ambiente atual das práticas e serviços de saúde em todo o mundo. Podem-se citar as inovações trazidas com o uso de tecnologias médicas.

As cirurgias e diferentes tipos de tratamentos têm utilizado cada vez mais o recurso de dispositivos ou equipamentos especializados. A cirurgia robótica e os implantes artificiais são bons exemplos. Outro tipo de assistência que tem aumentado em demanda no mundo são as cirurgias de transplantes de órgãos e tecidos, uma situação que pode ser observada no Brasil a cada ano, com o aumento progressivo do número de cirurgias realizadas em hospitais públicos e privados.

Nesse contexto, os padrões do manual hospitalar incorporaram essas realidades e até algumas tendências que são monitoradas pela equipe do escritório central da JCI e pelo Comitê de Padrões. Novos conjuntos de padrões tratam destes exemplos citados anteriormente, assim como incorporaram a utilização de dois novos grupos que se aplicam aos chamados Centros Acadêmicos de Ensino, buscando ênfase principalmente na formação de profissionais médicos, desde o seu período de formação na graduação e ainda os centros de pesquisa que trabalham com seres humanos.

Essa nova modalidade de capítulos permite abranger todo um conjunto de particularidade e de especificidades que esse tipo de instituição desenvolve, tendo o ensino como uma função primária, além das funções assistenciais que são base para as atividades de formação de profissionais de saúde.

Cabe, no entanto, destacar a principal atualização feita nesta nova edição do manual. Trata-se do capítulo que traz os padrões relacionados com os processos de Governo, Liderança e Direção (GLD) de um hospital. A lógica dessa atualização foi trazer para os principais responsáveis pela operação da organização, todo um conjunto de padrões que têm como foco a gestão efetiva baseada na implantação, no monitoramento e na análise de

indicadores e medidas que evidenciem o real desempenho dos resultados, com ênfase nos custos e na eficiência.

Nessa lógica a liderança do hospital pode dar prioridade a projetos que, por exemplo, aumentem a eficiência clínica, reduzam as taxas de reinternação, eliminem problemas de fluxo de pacientes nos departamentos de pronto atendimento ou emergência ou ampliem a capacidade do uso de recursos relevantes como os serviços cirúrgicos e diagnósticos. A liderança deve, portanto, considerar e estabelecer as prioridades, permitindo assim que as mesmas possam ser disseminadas, ampliando o impacto das melhorias pelo hospital como um todo.

Os representantes das três instâncias, Governo (autoridade maior, como um conselho ou um ministério), a Liderança (os principais executivos) e a Direção (dos diferentes departamentos e serviços) devem também ter um grau de comprometimento definido em suas funções, que estejam relacionadas com a garantia de implantação de programas de gestão da qualidade e segurança dos processos assistenciais e gerenciais, incluindo a criação e o monitoramento de uma cultura de segurança institucional.

Outras atribuições de responsabilidade direta do GLD envolvem a garantia do perfil qualitativo dos contratos de prestação de serviços, em especial que atendam aos serviços clínicos ou assistenciais, a regularidade na seleção, manutenção e avaliação do corpo profissional, a garantia da oferta de uma cadeia de suprimentos suficiente e confiável e a constituição de um arcabouço ético, que promova uma cultura de práticas e tomada de decisão justa para garantir que os cuidados aos pacientes sejam prestados de acordo com as normas comerciais, financeiras, éticas e legais vigentes.

*Recebida em: 18/07/2014.
Publicada em: 29/07/2014.*